

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.853 - SP (2019/0018150-5)**

AGRAVANTE : MARKEM FASHION CALCADOS E CONFECÇOES LTDA  
ADVOGADO : FELICIO ROSA VALARELLI JUNIOR E OUTRO(S) -  
SP235379  
AGRAVADO : ESTADO DE SÃO PAULO  
PROCURADOR : MÁRCIO FERNANDO FONTANA E OUTRO(S) - SP116285

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MARKEM FASHION CALCADOS E CONFECÇOES LTDA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, c, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

ANULATÓRIA. Débitos de ICMS. Juros de mora e correção apurados com base na Lei nº 13.918/09. Pedido de substituição de garantia. Questão relativa à suspensão da exigibilidade do crédito que já havia sido apreciada em agravo anterior. Insistência em discutir matéria já abarcada pela preclusão que, somada as demais circunstâncias do caso, configura óbvia litigância de má-fé. Arts. 80, VII, e 81, caput e §3º, do CPC. Decisão mantida. Recurso conhecido e não provido, com imposição de multa.

Na origem, foi ajuizada ação anulatória de débito fiscal na qual o recorrente almeja, em síntese, a anulação da cobrança dos débitos diante da inconstitucionalidade de Lei Paulistana que regula o cálculo dos juros moratórios.

Após decisão preferida pelo juízo singular indeferindo o pedido de substituição de garantia, foi interposto recurso de agravo de instrumento, ao qual foi negado provimento pelo Tribunal de origem, momento em que foi imposta multa por litigância de má-fé ao contribuinte.

No recurso especial, o recorrente suscita divergência jurisprudencial acerca da interpretação dos arts. 79, 80 e 81 do CPC/2015, sustentando, em síntese, que a formulação de pedido de substituição da garantia apresentada não deve ensejar na condenação por litigância de má-fé, mesmo diante da ocorrência de preclusão do pleito elaborado.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

No presente agravo, o recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de março de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

